



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 7928

**Presidente da Mesa Diretora:** Valcir Soares da Silva

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Modifica e Revoga Leis

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 15/02/2011

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 21/2011. Altera a Lei Municipal nº 4.288, de 22/12/2010, que estima a receita e fixa a despesa do município de Montes Claros, para o exercício financeiro de 2011. (Referente à Lei nº 4.315, de 28/02/2011).

**Controle Interno – Caixa:** 16.4

**Posição:** 23

**Número de folhas:** 13

---

Espécie: PL  
Categoria: Modificação  
CX: 16.4  
Ordem: 23  
nº fls: 11



12/2011

24.02.2011

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 21/2011

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Altera Lei Municipal nº 4.288, de 22 de dezembro de 2010.

### MOVIMENTO

Entrada em 15/02/2011

Comissão de Finanças Orçamento Tomada de Contas

- 1 - *APROVADO EM REGIM DE URGEN*
- 2 - *GA EM 24.02.2011*
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

As comissões  
15/02/2011



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002*

## PROJETO LEI Nº. **21**

DE 07 DE FEVEREIRO DE 2011.

*ALTERA LEI MUNICIPAL Nº 4.288, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.*

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – O art. 4º da Lei Municipal nº 4.288, de 22 de dezembro de 2010, fica acrescido dos incs. III e IV e do parágrafo único, com a seguinte redação:

**“Art. 4º** – ...

I - ...

II - ...

III - *abrir no curso da execução orçamentária de 2011, créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa total autorizada nesta lei, utilizando como fonte de recursos os provenientes de anulações parciais ou totais de dotações;*

IV - *realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.*

*Parágrafo único - Os créditos adicionais de que trata o inciso III deste artigo poderão ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária”.*

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Montes Claros, 07 de fevereiro de 2011

**Luiz Tadeu Leite**  
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE  
EM 20 DE  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE *FINANÇAS*  
*ORÇAMENTO TOMADA DE CONTAS*  
EM *15* DE *FEVEREIRO* DE 20 *11*  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM COMISSÃO POR  
*REGIME DE URGÊNCIA*  
EM *21* DE *FEVEREIRO* DE 20 *11*  
PRESIDENTE





# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002*

Montes Claros (MG), 07 de fevereiro de 2011.

Exmo. Sr.

Vereador Valcir Soares Silva

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP- 035 /2011

Assunto: encaminhamento de Projeto de Lei.

Senhor Presidente.

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que “**ALTERA LEI MUNICIPAL Nº 4.288 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010**”.

A proposição, de inegável amparo legal, se justifica para assegurar a necessária agilidade à Administração Municipal e em razão de discrepâncias entre as receitas previstas e as efetivamente arrecadadas, possibilitando que decisões de relevante interesse público possam ser adotadas com a eficiência e o dinamismo necessários.

Em razão da urgente necessidade de adequação das necessidades públicas com as reais possibilidades do Município, solicitamos que o projeto de lei ora encaminhado seja submetido ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

*Luiz Tadeu Leite*  
*Prefeito Municipal*

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
08 / 02 2011	
ASS: Adilene	



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Lei 4.288/2010  
28.12.2010

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ 2010.

## ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.

O povo do Município de Montes Claro-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Por esta Lei, fica estimada a receita e fixada a despesa do município de Montes Claros -MG para o exercício financeiro de 2011, nos termos do art. 165, parágrafo 5º. da Constituição Federal, da Lei 4.320/64, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal e da seguridade social, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta;

II - O Orçamento de Investimentos das Empresas em que o município, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

**Art. 2º** - A receita total estimada nos Orçamento Fiscal, Seguridade Social e de Investimentos do Município, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 541.909.000,00 (quinhentos e quarenta e um milhões, novecentos e nove mil reais), conforme a seguinte discriminação:

I - Orçamento Fiscal e da seguridade social fixado em R\$ 522.010.000,00 (quinhentos vinte e dois milhões e dez mil reais), compreendendo a administração direta, o Legislativo e Executivo e indireta, o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Público de Montes Claros - PREVMOC;

II - Orçamento de investimentos das empresas Públicas do Município: fixado em R\$ 19.899.000,00 (dezenove milhões, oitocentos e noventa e nove mil reais), composto pela Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização – ESURB e a Empresa Municipal de Planejamento, Gestão em Trânsito e Transporte de Montes Claros – MCTrans.

**Parágrafo único** - A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificada em receitas correntes e de capital, arrecadadas na forma da legislação vigente e especificadas no anexo II - Resumo Geral da Receita, a saber:





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## I -Orçamento Fiscal e da Seguridade Social:

### Receitas Correntes:

1.1 -Receita Tributária	45.570.000,00
1.2 -Receitas de Contribuições	16.964.000,00
1.3 -Receita Patrimonial	5.474.000,00
1.6 -Receita de Serviços	4.610.000,00
1.7 -Transferências Correntes	356.518.000,00
1.9 -Outras Receitas Correntes	33.792.000,00
Receita intra-Orçamentária	13.000.000,00
1.7 -Redução p/ formação do Fundeb	(-) 25.160.000,00

**Subtotal** 452.768.000,00

### Receitas de Capital:

2.1 -Operações de Crédito	1.200.000,00
2.2 -Alienação de Bens	3.450.000,00
2.3 -Transferência de Capital	64.592.000,00
<b>Subtotal</b>	<b>69.242.000,00</b>
<b>Total</b>	<b>522.010.000,00</b>

## II -Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas do Município:

### Receitas Operacionais :

1 -Empresa Municipal de Serviços.	14.784.000,00
Obras e Urbanização -Esubr	
2 -Empresa Municipal de Planej. Gestão em Trânsito e Transporte de Montes Claros – MCTrans	5.115.000,00
<b>Total</b>	<b>19.899.000,00</b>

**Total Geral (I+II)** 541.909.000,00

**Art. 3º** - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e subfunções, natureza da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

### DESPESAS POR ÓRGÃOS:

01 - PODER LEGISLATIVO	7.608.000,00
02 -PODER EXECUTIVO	543.301.000,00
02.01- PREFEITURA	491.602.000,00
02.02- PREVMOC	22.800.000,00
02.03- ESURB	14.784.000,00
02.04-MCTTRANS	5.115.000,00
<b>Total Geral.....</b>	<b>541.909.000,00</b>



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## Orçamento Fiscal e da Seguridade Social:

01.01 -Câmara Municipal	7.608.000,00
02.01 -Gabinete do Prefeito	1.440.000,00
02.03 -Procuradoria jurídica	10.775.000,00
02.04 -Secretaria de Administração	33.089.400,00
02.05 -Secretaria de Agropecuária e abast	8.570.000,00
02.06 -Secretaria de Cultura	3.055.000,00
02.07 -Secretaria de Desenvolv. Social	15.698.000,00
02.08 -Secretaria de Educação	97.480.000,00
02.09 -Secretaria de Fazenda	18.405.000,00
02.10 -Secretaria de Desenv. Econômico, Turismo e Tecnologia	6.385.000,00
02.11 -Secretaria de Meio Ambiente	4.280.000,00
02.12 -Secretaria de Planej e Coordenação	3.267.000,00
02.12 -Secretaria de Saúde	199.810.000,00
02.13 -Secretaria de Obras	47.611.000,00
02.14 -Secretaria de Coord. Política e Ação Comunit.	1.105.000,00
02.15 -Secretaria de Serviços Urbanos	23.060.000,00
02.16 -Secretaria de Defesa Social	9.746.000,00
02.17 -Secretaria de Juventude Esporte e Lazer	3.525.000,00
02.18 -Coordenadoria Geral	190.000,00
02.19 -Procuradoria da Fazenda	180.000,00
02.20 -Ouvidoria Geral	175.000,00
02.21 -Gabinete do Vice Prefeito	260.000,00
02.22 -Instituto Desenvolvimento Urbano	150.000,00
02.23 -Instituto Munic Prev Serv Pub M. Claros	22.800.000,00
02.24 -Secretaria de Articulação Instit. Comunicação	3.345.000,00
<b>Total</b>	<b>522.010.000,00</b>

## II – Orçamento de investimento das empresas públicas municipais:

1- Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização – Esurb	14.784.000,00
2- Empresa Municipal de Planej. Gestão em Trânsito e Transporte de Montes Claros - MCTrans	5.115.000,00
<b>Total</b>	<b>19.899.000,00</b>

## b) DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO:

### Orçamento Fiscal e Seguridade Social

1 -Legislativa	7.608.000,00
2 -Judiciária	630.000,00
4 -Administração	59.890.000,00
8 -Assistência Social	14.848.000,00
9 -Previdência Social	16.777.000,00
10 -Saúde	199.810.000,00
12 -Educação	97.480.000,00
13 -Cultura	3.055.000,00





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

14 -Direitos da Cidadania	1.935.000,00
15 -Urbanismo	42.016.000,00
16 -Habitação	14.358.000,00
17 -Saneamento	19.518.000,00
18 -Gestão Ambiental	3.000.000,00
20 -Agricultura	10.330.000,00
27 -Desporto e Lazer	3.525.000,00
28 -Encargos Especiais	22.825.000,00
99 -Reserva de Contingência	4.405.000,00
<b>Total .....</b>	<b>522.010.000,00</b>

## II – Orçamento de investimento das empresas públicas do Município:

15 – Urbanismo	14.784.000,00
26 – Transporte	5.115.000,00
<b>Total</b>	<b>19.899.000,00</b>

## c) DESPESAS POR NATUREZA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS:

### I – Orçamento fiscal e seguridade social

#### Despesas correntes:

3.1- Pessoal e encargos sociais	170.947.000,00
3.2- Juros e encargos da dívida	6.860.000,00
3.3 – Outras despesas correntes	241.578.000,00
<b>Subtotal</b>	<b>419.385.000,00</b>

#### Despesas de Capital

4.4 – Investimentos	91.210.000,00
4.5 -Inversões Financeiras	60.000,00
4.6 –Amortização da dívida	6.950.000,00
<b>Subtotal</b>	<b>98.220.000,00</b>

#### Reservas:

9700- Reserva Orçamentária do RPPS	2.000.000,00
9900- Reserva de contingência	2.405.000,00
<b>Subtotal</b>	<b>4.405.000,00</b>
<b>Total</b>	<b>522.010.000,00</b>

### II – Orçamento de investimento das empresas pública do Município

Despesas Operacionais – ESURB	18.480.000,00
Despesas Operacionais - MCTrans	4.871.000,00
<b>Total</b>	<b>19.899.000,00</b>

<b>Total Geral (I+II)</b>	<b>541.909.000,00</b>
---------------------------	-----------------------

### Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I -utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 5º. Inciso III da LRF, e artigo 8º. da Portaria Interministerial 163 de 04 de maio de 2001;



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS


II -transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente, recursos orçamentários de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, artigo 167 da CF;

**Art. 5º** - Os órgãos e entidades mencionados no art. 1º ficam obrigados a encaminhar ao órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

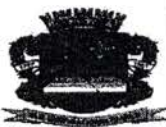
**Art. 6º** - As autorizações previstas no art. 4º, referentes ao Poder Executivo, serão processadas sob a coordenação da Secretária Municipal de Planejamento e Coordenação.

**Art. 7º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor em 1º janeiro de 2.011.

Câmara Municipal de Montes Claros, 15 de dezembro de 2.010.

  
Vereador - Athos Mameluque Mota  
Presidente da Câmara

  
Vereador - José Marcos Martins de Freitas  
1º Secretário



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG CEP 39.401-002

*Aprovado  
14/12/2010  
[assinatura]*

*Aprovado  
30/11/2010  
[assinatura]*

## EMENDA DO EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.

O projeto de lei contendo o orçamento do Município de Montes Claros para o exercício financeiro de 2011, fica assim alterado:

**REMANEJAMENTO DO PROJETO ATIVIDADE, conforme discriminado a seguir:**

**DA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

02.13.03-15.752.0054.1057.00 – Extensão de rede elétrica e iluminação pública

4.4.90.51.01.00 – obras e instalações – valor R\$ 1.600.000,00

**PARA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS**

02.15.02-15.752.0054.1057.00 – Extensão de rede elétrica e iluminação pública

4.4.90.51.01.00 – obras e instalações – valor R\$ 1.600.000,00.

Montes Claros, 29 de novembro de 2010.

Luiz Tadeu Leite  
Prefeito Municipal



EMENDAS AO PROJETO DE LEI 106/2010

*30/11/2010*

**“ ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO  
MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS PARA O  
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.”**

*Aprovado  
14/12/2010  
J. 7.12*

**EMENDA DOIS - ADITIVA**

Acrescenta dotações À proposta orçamentaria para apoio a comemoração de 25 (vinte e cinco) anos do Psiu Poetico.

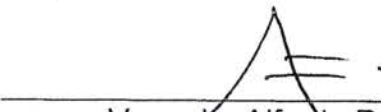
**Fica acrescida a seguinte dotação no valor R\$ 50.000,00**

**02.05.02.13.392.0019.2.500.000 – Apoio à comemoração de 25 anos do Psiu Poetico**  
**3.3.90.00.00.00 – Aplicações diretas**

**Para fazer face ao acrescimo fica anulada parcialmente a seguinte dotação:**

**02.05.02.13.392.0019.2.050.000 – Manutenção das atividades de apoio e  
promoção cultural**  
**3.3.90.00.00.00 – Aplicações diretas**

Sala das Sessões da Câmara 29 de Novembro de 2010.

  
\_\_\_\_\_  
Vereador Alfredo Ramos Neto





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 021/2011 QUE “Altera a Lei Municipal nº 4.288, de 22 de dezembro de 2010” de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

A iniciativa de Leis que versem sobre questões orçamentárias é do Executivo Municipal, sendo certo que a lei que se pretende alterar também foi de iniciativa do Executivo.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 16 de fevereiro de 2011.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo



## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 21/2011**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Altera Lei Municipal nº 4.288 de 22 de dezembro de 2010.**

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão em 15/02/2011, com entrada na Sala das Comissões no dia 17/02/2011.

Compete à Comissão de Finanças e Orçamento, nos termos regimentais, emitir parecer sobre matéria a ela submetida.

A Assessoria Legislativa desta Casa emitiu parecer de legal e constitucional.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei, em análise autoriza o Poder Executivo Municipal, alterar Lei Municipal nº 4.288 de 22 de dezembro de 2010, que trata do Orçamento do exercício de 2011, prevendo a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa total autorizada na referida lei, bem como abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, nas condições mencionadas.

#### **III – CONCLUSÃO**

Por se tratar de medidas administrativas que possibilitem agilizar ações de interesse comum, esta Comissão é favorável à apreciação do Projeto de Lei pelo Plenário.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2011.

Presidente: Ver. José Marcos Martins de Freitas

Membro Suplente: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

Membro Suplente: Ver. Alfredo Ramos Neto